

# Plenário vazio, atenção se volta para o Prodasen

CATARINA GUERRA  
Da Editoria de Política

Vagas nos estacionamentos, corredores sem vazios, passo tranqüilo dos poucos transeuntes que circulam pelo prédio. A rotina cíclica do Congresso Nacional entra, esta semana, em mais uma fase de esvaziamento, que deve se prolongar até março do próximo ano, quebrada apenas pela grande festa de promulgação da nova Carta. Desta vez, no entanto, o vazio carrega uma inconfundível marca de fim de festa e nostalgia pelos dezenove meses em que a tarefa de escrever a nova Carta envolveu a população que trabalha no Congresso numa entusiasmada maratona.

Até sexta-feira, quando o texto revisado pelos relatores será entregue à Comissão de Redação, o centro nervoso dos trabalhos no Congresso é o Prodasen, onde estão trabalhando os relatores Bernardo Cabral (PMDB-AM), José Fogaca (PMDB-RS), Konder Reis (PDS-SC) e Adolfo de Oliveira (PL-RJ). Neste trabalho, realizado a portas fechadas, concentram-se as atenções de todos os constituintes que permaneceram em Brasília.

— Fiquei para fazer um acompanhamento informal, à distância, para ver se a comissão de redação está mesmo mexendo apenas na redação. Acho que está tudo caminhando bem, mas pode haver algum cochilo, algum escorregão, a gente tem que ficar de olho — comenta o deputado Amaury Müller (PDT-RS), que deve viajar somente no feriado de quarta-feira.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) permaneceu em Brasília pelo mesmo motivo. "Sou o fiscal do PT aqui", brinca Paulo Delgado, que aproveitou a tarde para assistir ao depoimento do procurador-geral da República, Sepúlveda Perencez, na CPI da Corrupção. Delgado tem especial interesse em acompanhar os trabalhos da Comissão porque seu colega de partido, ex-deputado Eduardo

Suplicy, está sendo processado a pedido de uma procuradora do Estado de São Paulo por ter denunciado o envolvimento de Assis Palm no escândalo da Coroa-Brastel.

— Se esta tradição permanecer, os senadores Carlos Chiarelli (PFL-RS) e José Ignácio (PSDB-ES) serão os únicos acusados por esta CPI — ironiza.

A sala onde funciona a CPI foi, ontem, o ponto de encontro dos constituintes que ficaram em Brasília. Por lá passaram José Paulo Bisol (PMDB-RS), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA), o ex-ministro Luiz Henrique (PMDB-SC) e Dirce Tutu Quadros (PSDB-SP).

Bem disposta, a deputada Tutu Quadros preparava-se para embarcar ainda ontem para uma curta temporada em Salvador e Maceió. Embora tenha atividades políticas nas duas cidades, Tutu pretende aproveitar para também descansar, em companhia de dois filhos. "Vou trabalhar, mas só depois das quatro da tarde. Antes vou ficar na praia", comemorava Tutu, que promete estar de volta a Brasília na próxima segunda-feira para as sessões da Câmara e Congresso.

O deputado Ruy Nedel (PMDB-RS), outro dos que adiarão a partida para quarta-feira, passou o dia envolvido em trabalhos de gabinete e em uma longa conversa de solidariedade com o primeiro-secretário da Câmara, deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), acusado pelo segundo vice-presidente da Mesa, deputado Paulo Mincarone (PMDB-RS), de comprar irregularmente carros e geladeiras. "Além de mentirosas e de muita má-fé, as declarações de Mincarone acabam denegrindo a própria instituição", observa ruy revoltado. Ruy Nedel, prevendo a derrota de Mincarone na disputa pela presidência da Mesa. "Na bancada do PMDB do Rio Grande, ele só vai receber um voto: o dele mesmo".



Reunidos no Prodasen com Bernardo Cabral (ao centro) e assessores, redatores adiantam a revisão

## Passarinho adverte: relatores extrapolam

A Comissão de Redação da Constituinte não tem poderes para alterar o mérito do projeto constitucional, mesmo que o objetivo seja o de sanar omissões importantes, como é o caso da situação dos bens do Distrito Federal. Esta advertência foi feita ontem pelo senador Jarbas Passarinho, copresidente da Comissão, ao prever que poderão ocorrer "sérios problemas" em plenário caso o órgão extrapole os seus poderes regimentais.

Na opinião do senador pedessista, qualquer modificação que não diga respeito aos aspectos filológicos

ou de técnica legislativa do projeto é "claramente anti-regimental". Ele admitiu que o regimento foi contrariado diversas vezes durante a votação em segundo turno, que em tese não comportaria emendas modificativas, mas ponderou que naquele caso ao menos se exigia o endosso da maioria absoluta do plenário. "Agora não, as decisões são em *petit comité*", reagiu o parlamentar.

Passarinho protestou ainda contra a centralização dos trabalhos pelo relator Bernardo Cabral e seus adjuntos, que estão fazendo tudo o que deveria caber à

Comissão de Redação. "Aliás, o prazo que nos deram para discutir o projeto foi tão pequeno (apenas os dias 13 e 14) que a Comissão não teria mesmo tempo de fazer coisa alguma", acrescentou.

O senador Luiz Viana, que também é membro da Comissão, reconhece a limitação dos poderes do órgão, mas entende que falhas e omissões importantes do projeto não podem ser simplesmente ignoradas. "A matéria ainda passará pelo plenário, que poderá rejeitá-la se não concordar. Na minha opinião, mesmo correndo o risco de

extrapolar o que o regimento determina, a Comissão deve preencher as lacunas", ponderou o senador peemedebista.

Segundo o deputado Konder Reis, relator-adjunto da Constituinte, o regimento é sumário quando trata da Comissão de Redação. Pessoalmente, ele acha que toda modificação de mérito deve passar necessariamente pelo crivo das lideranças partidárias: "Todos os partidos estão representados na Comissão, portanto podemos reeditar nesta fase os acordos que prevaleceram nas etapas anteriores", sugeriu.

## Só falta revisar a parte transitória

Todo o texto permanente da futura Constituição já foi revisado pelo relator Bernardo Cabral e seus adjuntos, que avançaram ontem até o artigo 39 das Disposições Transitórias. Segundo o adjunto Konder Reis, hoje mesmo será encerrada a primeira correção do projeto, que passará em seguida por uma segunda checagem. Amanhã, começa a ser analisado o problema das remissões e na quinta-feira o trabalho final será entregue ao deputado Ulysses Guimarães.

Do artigo 206 do texto

permanente até o artigo 39 das Disposições Transitórias, objeto do trabalho dos relatores durante o dia de ontem, não foram verificadas grandes falhas no projeto. Até o momento, de acordo com o deputado Konder Reis, as maiores omissões foram mesmo as detectadas no último final de semana, ou seja, a situação dos bens do Distrito Federal, a isenção do imposto de renda para presidente da República e ministros e a data da eleição para o Palácio do Planalto. O primeiro caso ainda está sendo es-

tudado pelos relatores, mas os outros dois já foram solucionados através de sugestões que serão encaminhadas à Comissão de Redação.

No caso da isenção do imposto, a sugestão dos relatores é no sentido de que, ao fixar os vencimentos do Presidente e dos ministros, o Congresso Nacional aplique as normas tributárias previstas na própria Constituição para todos. Já a eleição dos próximos presidentes da República será sempre 90 dias antes da posse, no segundo turno.

com exceção da sucessão de Sarney, previamente marcada para o dia 15 de novembro do próximo ano.

Pelos menos na primeira revisão, a parte permanente da nova Constituição ficou com 249 artigos, o que foi considerado "altamente satisfatório", por Konder Reis. Na opinião dele, em se tratando de uma Carta analítica, este número de artigos não é excessivo: "É verdade que a atual Constituição é menor, mas temos que considerar também que já recebeu dezenas de emendas".